

DITADURA CIVIL-MILITAR DO BRASIL: A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968¹

Thaynára Isabela Calletti Moreira²

Marco Antônio de Oliveira Gomes³

Resumo

O presente artigo apresenta uma breve análise dos interesses do Estado durante a Ditadura Civil-Militar na organização da Reforma Universitária de 1968, lei nº 5.540/68, contribuindo para uma consolidação de um novo padrão de ensino superior que se configurou no Brasil. Discute-se as origens do golpe civil-militar, buscando explicitar quais foram os interesses burgueses que levaram a sua efetivação e como a ação golpista foi organizada sistematicamente, além dos interesses que os mesmos tiveram com a derrubada do governo de Goulart e quais foram as origens e propostas educacionais para a Reforma Universitária de 1968. Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica documental, utiliza-se como base o Materialismo-Histórico Dialético de Marx e Engels, considerando o contexto histórico, econômico, social e cultural do país, além de autores como Demerval Saviani (2008), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (2002) e Christian Laval (2004) para a articulação das discussões e fundamentação. Portanto, constata-se que o ensino superior, a partir da Reforma, torna-se limitado, dando abertura para a criação do ensino privatizado e voltado para a profissionalização do indivíduo, visando as necessidades burguesas a cima da pesquisa e desenvolvimento social do estudante.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Educação; Economia.

CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: THE UNIVERSITY REFORM OF 1968

Abstract

This article presents a brief analysis of the State's interests during the Civil-Military Dictatorship in the organization of the University Reform of 1968, Law No. 5.540/68, contributing to a consolidation of a new higher education standard that was configured in Brazil. The origins of the civil-military coup are discussed, seeking to clarify which bourgeois interests led to its effectiveness and how the coup action was systematically organized, as well as the interests that they had with the overthrow of the Goulart government and what were the educational origins and proposals for the 1968 University Reform. Being a documentary bibliographic research, the Dialectical Historical Materialism of Marx and Engels considering the historical, economic, social and cultural context of the country, and authors such as Dermeval Saviani (2008), Luiz Antônio Cunha and Moacyr de Góes (2002) and Christian Laval (2004) are used as the basis for the articulation of discussions and grounding. Therefore, turns out that higher education, from the Reformation, becomes limited, opening up to the creation of privatized education focused on the professionalization of the individual, directing bourgeois needs above the research and student's social development.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

² Acadêmica do 4º ano de Pedagogia. E-mail: isacalletti@gmail.com.

³ Orientador do trabalho e professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE).

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Education; Economy.

INTRODUÇÃO

O período que antecedeu ao golpe de Estado de 1964 foi marcado pela intensidade da polarização política e ideológica dos projetos sociais em conflito na sociedade. Do mesmo modo podemos afirmar que a educação também se tornou centro de disputa de diferentes grupos com interesses divergentes ou mesmo antagônicos.

Diferentes intelectuais e movimentos sociais pautaram propostas em defesa da educação pública e democrática com objetivo de superar as desigualdades presentes no Brasil. Nesse sentido, não é exagero afirmar que diferentes projetos disputavam a hegemonia e que, mais tarde, sofreram com a repressão do Estado em defesa dos interesses burgueses.

Na verdade, o golpe de 1964 foi fruto de uma conjugação de forças que unificou os interesses do capital, compreendido aqui como aqueles que detinham o monopólio dos meios de produção (empresários, latifundiários, banqueiros, além do capital estrangeiro estabelecido em terras brasileiras), assim como da Igreja Católica, a grande imprensa e, finalmente, as Forças Armadas.

A ação golpista foi organizada sistematicamente desde o início do Governo de João Goulart (1961-1964) em defesa dos “interesses nacionais” e da “democracia”. Deste modo, a tomada pelo poder dos militares não foi obra exclusiva das Forças Armadas, mas uma ação coordenada pelo capital.

Nesse sentido, a ditadura constituída pelo golpe de 31 de março de 1964, perseguiu, encarcerou, torturou e *assassinou* homens e mulheres que se colocaram contra as diretrizes do Estado autoritário. Segundo Cunha (2002), por razões políticas, 80 brasileiros foram banidos do território nacional e “cerca de 400 pessoas foram mortas ou se encontram desaparecidas, devido à onda repressiva”, ainda, por receberem ameaças e serem perseguidos, milhares de brasileiros deixaram o país.

Nem mesmo os educadores escaparam da perseguição: Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire e Anísio Teixeira, para ficar apenas em alguns exemplos, foram perseguidos em nome dos “interesses nacionais”.

Isto posto, este trabalho tem por objetivo analisar os interesses do Estado durante a Ditadura Civil-Militar em organizar a Reforma Universitária de 1968, que

contribuiu para consolidar um novo padrão de ensino superior que se configurou no Brasil.

Em vista disso, é possível afirmar que a reforma do ensino superior de 1968 constituiu-se no desdobramento do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, do Relatório Meira Matos, dos interesses do capital e da atuação do Estado que objetivava dar uma resposta às demandas estudantis.

Porém, para atingirmos o objetivo proposto, faz-se necessário esclarecer que a educação se constituiu um tema estratégico não apenas para as lideranças militares e civis que estavam à frente do Estado com o golpe de 1964, bem como para a burguesia.

Tendo por referencial teórico o Materialismo Histórico-Dialético, buscamos compreender a reforma como expressão das contradições presentes na sociedade brasileira e não como uma ação isolada dos interesses dos reformadores. Nesses termos, faz-se necessário compreender as origens da ditadura e as propostas presentes para a educação nas arenas sociais.

Para este fim, a metodologia utilizada será a bibliográfica e documental, utilizando autores que abordam o golpe civil-militar de 1964 e a Reforma Universitária de 1968, como Sanfelice (1986); Cunha e Góes (2002); Laval (2004); Saviani (2008), entre outros.

Deste modo, buscamos estruturar este artigo em três seções, sendo que na primeira iremos abordar as origens do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, procurando explicitar o que foi o golpe e os interesses que levaram efetivação do mesmo. Na segunda seção, identificamos quais foram os interesses da burguesia brasileira com a derrubada do governo de Goulart. Por fim, na seção final, buscaremos analisar as origens e propostas educacionais da Reforma Universitária de 1968, lei nº 5.540/68.

ORIGENS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL

O golpe de 64 foi o ápice de uma luta entre dois projetos de sociedade diferentes: um liberal, do ponto de vista econômico, que dizia respeito à abertura do Brasil ao capital estrangeiro e o outro, de caráter mais nacionalista, que defendia a participação do Estado na economia, reservando segmentos estratégicos para o capital nacional, *sendo que nenhum desses dois projetos tem caráter socialista.*

É evidente que o golpe de 64 teve um caráter burguês. As articulações levadas a cabo pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o apoio dos liberais da UDN (União Democrática Nacional) confirmam não somente a decisiva participação das classes dominantes do país, mas ainda a colaboração fundamental das multinacionais e do próprio Governo dos Estados Unidos. Coube, entretanto, às Forças Armadas a intervenção executiva do golpe. (GERMANO, 1994, p. 48)

A medida em que o Brasil passou por um processo progressivo de industrialização acelerada nos anos anteriores ao golpe de 1964, as contradições sociais ficaram mais evidentes. A concentração de renda e o crescimento da miséria, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foram marcas do período.

No início dos anos de 1960, a polarização política e ideológica pode ser verificada a partir do crescimento das paralisações grevistas nas fábricas, além dos conflitos no campo, oriundos da concentração de terras nas mãos de poucos. Não podemos esquecer que o Brasil estava inserido como país periférico do capitalismo no contexto da Guerra Fria, onde a população mundial estava polarizada na luta entre os Estados Unidos e a URSS.

Nesse sentido, a Revolução Cubana de 1959, que implementou o regime comunista no país, além de romper com os Estados Unidos, atraía as atenções de inúmeros atores políticos, o que gerava temores por parte da burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro.

Em 1961, Jânio Quadros foi eleito como o 22º presidente do Brasil, tendo como vice João Goulart, os quais foram eleitos em diferentes eleições, sendo candidatos de chapas diferentes, e, mesmo se identificando mais com o projeto liberal de abertura do país para o capital estrangeiro, Quadros se aproximou de países de terceiro mundo, principalmente de Cuba, buscando mercado para os produtos brasileiros, enquanto, internamente, adotava uma pauta conservadora, tendo uma série de atitudes que revelavam seu discurso conservadorista.

Jânio Quadros renunciou ao cargo após seis meses, em 1961, em um episódio mal explicado, interpretado por muitos como uma tentativa frustrada de golpe. Com a renúncia do presidente, caberia ao vice, João Goulart, que se encontrava em viagem à China comunista, assumir o cargo.

Segundo a Arquidiocese de São Paulo (2001), Goulart foi apontado pelas Forças Armadas brasileiras como sendo o “principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50”, por este motivo, os ministros militares, com ajuda de políticos civis, vetaram sua posse, deixando o Brasil as portas de uma Guerra Civil, pois parte do Exército brasileiro defendia a posse de Goulart, além de haver uma ampla mobilização popular que se ergueu diante do veto, assim, a saída encontrada, que não deixou de ser um “golpe”, foi um regime parlamentarista, com o propósito de retirar os poderes executivos da presidência.

Em janeiro de 1963, Goulart conquistou, por meio de um plebiscito demonstrando o apoio do povo para as propostas de reforma agrária, a derrubada do parlamentarismo imposto pelos militares, procurando executar as reformas estruturais que pretendia fazer no país.

Os trabalhadores sindicalizados, em que pesem debilidades evidentes na sua organização de base, tinham desenvolvido uma ampla capacidade de mobilização, com a incorporação de um número cada vez maior de sindicatos às lutas pró “Reformas de Base” propostas por Goulart. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001, p.57)

Com essa mobilização da classe trabalhadora, se dá o desafio de criar, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em agosto de 1962 em São Paulo, a Central Sindical que recebeu o nome de Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

A CGT não era reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Esta ação de criação desta central sindical foi entendida pela direita brasileira como fato que comprovava que haveria uma revolução comunista no Brasil.

Mesmo com a forte inflação que acometia o país, os trabalhadores conseguiram reposições salariais que equivalem ao aumento do custo de vida. Ao mesmo tempo, no campo, ressurgem as “Ligas Camponesas”, criadas em 1945 pelo Partido Comunista Brasileiro em prol da melhoria das condições de vida no campo no Brasil, que espalham as lutas rurais que causam temor nos fazendeiros conservadores que estão dispostos a embargar a Reforma Agrária proposta por Goulart.

Com a proposta de Reforma Agrária, Goulart é reconhecido pela direita como uma ameaça ao “Mundo Livre”, pois esta acreditava que suas ações com a Reforma levariam o Brasil a um governo comunista, como havia em Cuba, acusação essa

feita por políticos que se sentiam “prejudicados”. Desta forma, a Reforma Agrária, além de outras propostas do presidente, foi utilizada como argumento para poderem provar que Goulart era “comunista” e pretendia instaurar tal governo no Brasil.

Antes, porém, que todo esse clima de efervescência ameaçasse de verdade o poder das elites alarmadas, o esquema golpista, agora estimulado abertamente pela CIA, a agência central de inteligência dos Estados Unidos, lança-se aos preparativos finais para o desenlace. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001, p. 58)

A CIA realizava operações secretas de propaganda no Brasil por meio da mídia e outras instituições, oferecendo o que os segmentos golpistas necessitavam e plantando falsas informações em jornais brasileiros, deixando em evidencia que os americanos tinham interesses com o golpe civil-militar no Brasil, ajudando discretamente os militares brasileiros.

[...] São evidências dessa ajuda as armas oferecidas pelo então coronel Vernon Walters (mais tarde um dos chefes da CIA) ao general Carlos Guedes, que seria um dos deflagradores do golpe, e o financiamento de entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), que se voltavam para uma opulenta propaganda antigovernamental em todo o país. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001, p. 58)

O IPES, fundado em novembro de 1961, tinha a função de criar propaganda política para que a população aceitasse o golpe que estava por vir em 1964. Propagandas estas que eram difundidas em todos os lugares que pudessem atingir uma massa da população, como em empresas em horário de almoço para o operariado, e cinemas, sendo exaustivamente disseminados em vários outros lugares, como pracinhas de cidades do interior, com o objetivo de estimular a oposição a Goulart, alegando que o mesmo seria uma ameaça à democracia.

Em 1962, com as campanhas eleitorais, surge o IBAD, que pode ser considerado como uma forma de cobrir ações dos Estados Unidos para derrubar o presidente do Brasil, João Goulart, haviam rumores de que o IBAD era financiado pelos Estados Unidos. Portanto, o IBAD financiava ilegalmente Deputados Estaduais e Federais, os dando dinheiro para financiar suas campanhas eleitorais com o pretexto de que apenas queriam que esses Deputados “defendessem a democracia”.

Não só deputados foram comprados e financiados pelo IBAD, assim como também emissoras de televisão foram custeadas para que dissessem em suas

propagandas algo contra a Reforma Agrária e que pusesse em dúvida as atitudes de João Goulart.

Em 13 de março de 1964, Goulart conduziu um comício em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que reuniu mais de 200 mil pessoas, na presença de vários governadores e até mesmo tanques de guerra estavam presentes, pois esse comício foi visto pelo Exército como uma provocação. Foi então que a queda de João Goulart começou, pois o mesmo tinha o povo ao seu lado o apoiando em suas reformas.

Com isso, são adotadas medidas para fortalecer a resistência contra Goulart, organizando passeatas para combater o sentimento comunista no Congresso, nas Forças Armadas, em grupos católicos e na imprensa.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, com o apoio da CIA e dos norte-americanos, os generais interessados em derrubar o presidente entraram em ação, deslocando de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, tropas lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, recebendo ainda um grande receio, por parte dos Estados Unidos, de que houvesse falhas ou que as forças apoiadoras de Goulart apresentassem alguma resistência.

Diante desse receio, a Marinha norte-americana pôs em prática a Operação Brother Sam, que foi posta em execução no mesmo dia 31 de março, consistia nas frotas norte-americanas estacionadas na região do Caribe se deslocarem para o litoral brasileiro como forma de suporte a derrubada do governo de Goulart.

Por exclusivamente questões cronológicas, a operação não teve a ver com o golpe contra o governo do então presidente, afinal, as tropas norte-americanas não tiveram êxito em chegar ao litoral do Brasil a tempo, tendo então como objetivo intimidar as resistências brasileiras e, caso houvesse qualquer manifestação de resistência, apoiar os militares.

A ação dos militares se viu vitoriosa em 1º de abril de 1964, praticamente sem resistência alguma por parte da população, pois o movimento nacionalista e popular não tinha força para lutar contra as armas que os militares possuíam, colocando o Brasil em uma fase de transformações profundas. Provando que os receios Estadunidenses eram infundados. É então que cerca de um milhão de brasileiros vão as ruas para dar “Graças a Deus” pelo fim do comunismo no Brasil, na “Marcha da família com Deus pela liberdade”.

Ao longo dos 21 anos de Ditadura, o Brasil passou por duas reformas de ensino: a reforma do ensino superior, Lei 5.540/1968, e a reforma da educação básica, Lei 5.692/1971, que buscavam adequar a formação dos indivíduos com as necessidades do mercado e difundir os valores do regime militar.

Desta forma, buscamos compreender como se deu o processo que deu origem as reformas que mudaram a organização do ensino e como os interesses burgueses foram saciados com essa reformulação das universidades brasileiras, visando analisar como os professores, alunos e funcionários sofreram repressões e censura por parte do governo vigente da época e como a educação sofreu um grande atraso em seu desenvolvimento em decorrência dessa reforma.

INTERESSES DA BURGUESIA

Segundo Gomes, Rodrigues, Silva e Paula (2019), “a derrubada do presidente João Goulart em 1º de abril de 1964 expressou a vitória das forças comprometidas com a hegemonia burguesa associada ao imperialismo”, sendo assim, o golpe era a expressão dos interesses das classes dominantes diante do que consideravam uma ameaça aos seus privilégios.

Vitorioso o golpe de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação, aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino deveriam ser transferidas às escolas particulares que, então, se encarregariam da escolarização das crianças e jovens. Só onde a iniciativa particular não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda. (CUNHA, 2002, p.41)

Nesse sentido, nunca é demais lembrar o passado escravocrata que marcou a formação do Brasil. Nem mesmo a abolição da escravidão e a Proclamação da República foram capazes de eliminar os privilégios de classe, e nem poderiam, presentes em nossa formação social.

As transformações ocorridas a partir da aceleração da urbanização e industrialização presentes principalmente a partir da chamada “Revolução de 1930” geraram novos interesses, mas não necessariamente a democratização das

relações sociais, ainda que a classe trabalhadora já se constituísse em uma força política a ser considerada.

Nos anos 1950, já era evidente o predomínio da burguesia industrial, localizada fundamentalmente na região Sudeste, fato evidenciado também pela penetração de grandes empresas vinculadas ao capital estrangeiro na região.

Nesse sentido, a industrialização brasileira foi incorporada aos interesses externos vinculada as diretrizes de expansão do capital internacional, fato evidenciado ao longo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Sem dúvida, os interesses do capital se fizeram representar na sociedade por meio da organização de instituições na sociedade de modo a garantir a rentabilidade de seus investimentos. Acrescenta-se que havia uma aproximação política e ideológica com a alta oficialidade das Forças Armadas e com outros segmentos da sociedade, tais como diferentes órgãos de imprensa, e com a Igreja Católica.

Em vista da manutenção dos interesses de classe, tais grupos atuam de forma organizada a impedir o avanço das lutas populares. Não por acaso, João Goulart, sofreu sistematicamente com a sabotagem de suas propostas por meio de uma série de ações da burguesia.

Para compreender as opções da burguesia é importante ter clareza que João Goulart, sem romper com os fundamentos de uma sociedade burguesa, procurou implementar reformas de caráter nacional-reformista, buscando criar uma aliança entre as lideranças de movimentos populares com o apoio da pequena e média burguesia industrial e o setor agrário.

Em nenhum momento havia nos propósitos de Goulart a defesa de uma revolução de caráter socialista ou de rompimento com o capital estrangeiro, mas o simples aceno aos interesses populares era motivo de contrariedade dos detentores do capital.

O crescimento das mobilizações dos trabalhadores e as propostas reformistas de Goulart serviram como elementos aglutinadores dos diferentes grupos das classes dominantes.

O golpe de 1964 não foi uma obra exclusiva dos militares, mas foi um ato de força da burguesia que o forjou com vistas a manutenção de seus privilégios, pois, ao sentir-se ameaçada pelas mobilizações populares, contra-atacou.

A intervenção civil-militar orientada pelos desígnios do capital, em 1964, foi uma estratégia utilizada pela burguesia brasileira alinhada ao imperialismo para pôr

fim ao modelo nacionalista de desenvolvimento e de consolidar a forma imperialista de desenvolvimento econômico.

Diante da incapacidade burguesa de solucionar a bom termo as contradições que ela mesmo criou, e de preservar adequadamente as relações capitalistas, a opção pelo Golpe de Estado foi a alternativa para os interesses do capital.

Nesse sentido, a ditadura civil-militar que perdurou no Brasil no período de 1964 a 1985, foi caracterizada pelo alinhamento da política econômica dirigida e planejada pelo Estado ao padrão de desenvolvimento capitalista que já se configurava com a abertura promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. No entanto, a partir das contradições presentes em uma sociedade periférica e do crescimento das lutas internas, o golpe de 1964, que atendia as necessidades da burguesia, não poderia fugir da tradição autoritária presente historicamente no Brasil.

Atos Institucionais, prisões arbitrárias, torturas de presos, cerceamento das liberdades, constituíram-se em uma característica basilar do regime. Não por acaso, verifica-se a concentração de renda, o crescimento da miséria e a elevação da dívida externa.

PROPOSTAS EDUCACIONAIS DA REFORMA DE 1968

As universidades, assim como a educação básica, ocuparam um papel de destaque na pauta de projetos presentes ao longo da ditadura. Deve-se considerar em primeiro lugar que para a burguesia a educação era considerada como espaço para a formação de um trabalhador dócil e obediente ao capital.

No caso específico das universidades, deve-se considerar o papel de protagonista desempenhado pelo movimento estudantil no período que antecede a ditadura, além da atuação de suas lideranças nos anos posteriores ao Golpe de 1964.

Para além dos fatos apontados, para os artífices das políticas educacionais da ditadura, a universidade deveria ser um espaço de formação de profissionais que atendessem as demandas do mercado e do Estado.

Antes de debater a Reforma Universitária de 1968, deve-se desmistificar a ideia de que a universidade esteve diretamente sob o poder do Governo apenas durante o Regime Civil-Militar. De acordo com Cunha (1988, p.22)

[...] crença que precisa ser contestada pela análise dos fatos é a de que a intervenção dos governos nas instituições de ensino foi uma decorrência do regime autoritário imposto em 1964, assumindo contornos mais nítidos em fim de 1968, com o Ato Institucional N°5. Não tenho dúvida de que esse regime acionou mecanismos inéditos de controle do aparelho escolar. Mas supor que a universidade fosse, antes de 1964 autônoma, onde reinavam as liberdades democráticas, é não só desconhecer o que de fato acontecia.

Deste modo, entende-se que as universidades sempre sofreram intervenções governamentais em sua história, não apenas no Regime Civil-Militar de 64, mas é fato que nessa época a intervenção se deu de forma mais intensa.

Diante desse cenário, em maio de 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE), promoveu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador, onde discutiram tópicos como o exame do vestibular; o sistema de aprovação; programas e currículos; a participação do corpo discente na administração da universidade; a cátedra vitalícia; a autonomia e funcionamento da universidade; e a função da universidade.

A partir desta discussão, resulta-se o documento “Declaração da Bahia”, publicado com uma nota de rodapé que explicitava que a elaboração das conclusões era de responsabilidade exclusiva daqueles que haviam participado do evento.

Segundo Sanfelice (1986), os estudantes defendiam o fim do vestibular, a extinção da vitaliciedade da Cátedra⁴ e a participação, no mínimo de um terço, dos estudantes nos órgãos colegiados, além de um novo sistema para distribuição e aplicação de verbas universitárias. Ainda segundo Sanfelice (1986), os estudantes encontraram, como forma de seguir seus objetivos, a tática da “bandeira 1/3”, esta que defendia o equilíbrio de forças nas universidades, a compoendo por 1/3 de estudantes, 1/3 de professores e 1/3 de professores recém-eleitos.

O III Seminário, segundo Araujo (2007), ocorreu em 1963, em Belo Horizonte e propôs um substitutivo para a Lei de Diretrizes e Bases, que possibilitasse alterações ou inserção de questões consideradas básicas pelos estudantes, tais como:

[...] a) extinção da cátedra vitalícia; b) substituição do vestibular, considerado elitista e discriminador, por outras modalidades de

⁴ As universidades eram organizadas em regime de Cátedra, essas que eram controladas por professores que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios, sendo chamados de catedráticos que eram detentores do poder e do saber.

acesso; c) insistência nas verbas para a educação; d) participação dos estudantes nos órgãos colegiados, reforçando a tese do “1/3” (ARAUJO, 2007, p.105)

Apesar de os anseios serem parecidos com as de 1961 e 63, tais não foram atendidas anteriormente e, após o golpe de 1964, os estudantes e professores mantinham uma insatisfação com a estrutura universitária vigente no país, realizando “cursos paralelos” que expressavam sua discordância em relação aos currículos da época, ao mesmo tempo em que os estudantes se mobilizavam perante ao ensino público que era incapaz de agregar em seu corpo discente os alunos que aprovados nos vestibulares, deixando claro a escassez de vagas nas instituições públicas.

Esses alunos, os chamados “excedentes”, somavam um total de 29 mil estudantes em 1960, esse número absurdo aumentou para 162 mil estudantes em 1969, gerando uma tensão social e, segundo Martins (2009), “a pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio, que cresceu 4,3 pontos entre 1947 e 1964”, ao mesmo tempo em que a concentração de renda originária da década de 1950, e intensificada pela política econômica adotada a partir de 1964, leva as classes médias do país a encarar o ensino superior como uma forma de concretizar sua ascensão de status social.

Em face disso, o governo militar se viu pressionado a elaborar políticas de reestruturação no ensino superior brasileiro, sendo a política educacional desse governo confiada a um estreito grupo que foi nomeado ante a seu poder central.

O governo encomendou determinados estudos com o objetivo de propor medidas para o ensino superior, entre os quais se destacam o documento elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon; o Relatório Meira Mattos, que abordou como uma questão de “segurança nacional”, e o Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, cuja comissão foi integrada por professores norte-americanos e brasileiros. (MARTINS, 2009, p.19)

O Relatório Meira Matos foi entregue oficialmente ao ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra no dia 13 de maio de 1968 e tornado público três meses depois, conservando as atividades do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que ocorreu em julho do mesmo ano.

Esse relatório apontava os principais problemas do ensino, em especial do ensino superior, que foram discutidos em uma comissão instituída através de um

decreto do então presidente Artur da Costa e Silva, em dezembro de 1967, tal comissão se reuniu de janeiro a abril de 1968, tendo Carlos de Meira Matos como o General que a presidia.

Em seu relatório, Meira Matos aponta que o ensino brasileiro demonstrava uma inadequada estrutura do Ministério da Educação e Cultura; crises de autoridade do sistema educacional; insatisfatória remuneração para os professores; privilégio jurídico criado pela liberdade de Cátedra; carência de uma política de ampliação de vagas; desordem e lentidão no estabelecimento da Reforma Universitária; ausência de uma liderança estudantil legítima e democrática, além de falta de uma fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

A comissão propôs, para solucionar esses problemas, que fossem reduzidos os poderes do Conselho Federal de Educação e que a nomeação de diretores de faculdades e reitores das universidades federais fossem efetuadas pelo presidente da República, ignorando as listas tríplices dos órgãos colegiados e limitações da autonomia universitária.

Assim, a Lei 5.540/68, da Reforma Universitária, determinou o fim do regime de cátedra e a departamentalização, com a instituição de cursos parcelados por meio dos créditos, o vestibular unificado e classificatório com o propósito de solucionar o problema da falta de vagas.

Por detrás da legislação, o regime Civil-militar buscou promover a modernização do ensino superior como meio de acelerar o desenvolvimento econômico com formação de mão de obra qualificada para o mercado em expansão. Não se tratava de democratizar as instituições superiores ou garantir e proporcionar um processo de acesso ao ensino superior de qualidade para todos, mas de adaptá-las aos interesses da burguesia.

Tudo é visto no novo discurso de modernização sob o ângulo da técnica. As dimensões políticas que impliquem em conflitos de interesse, de valores e de ideais são esvaziadas. A escola é intimada a ser competitiva. Ela deve se adaptar ao desejo do usuário, segundo um procedimento de serviço-cliente (LAVAL, 2004. p.192).

Desse modo, a Reforma do Ensino Superior em 1968 não pode ser compreendida de forma isolada. Cabe apontar que os desdobramentos da ditadura sobre a Universidade não se restringiram à dura repressão sobre estudantes e professores. A proposta de reforma universitária que foi efetivada tinha como baliza

a defesa da “modernização” das instituições, otimizando recursos e atualizando os processos administrativos, científicos e pedagógicos.

No tocante à questão educacional, os tecnocratas defendiam como pressuposto básico aplicação da “teoria do capital humano”, como fundamentação teórico-metodológica instrumental para o aumento da produtividade econômica da sociedade. A tecnocracia brasileira era filiada aos ditames emanados da “escola econômica” sediada na Universidade de Chicago (EUA) e, portanto, afeita às teorias aplicadas à educação desenvolvidas por Theodore W. Schultz (1902-1998). Para ele, a “instrução e a educação” eram, antes de tudo, valores sociais de caráter econômico. Portanto, a “instrução/educação” é considerada como um “bem de consumo”, cuja principal propriedade é ser “um bem permanente de longa duração”, por conseguinte, diferente de outras mercadorias consumidas pelos indivíduos durante as suas vidas. (FERREIRA, BITTAR, 2008, p. 343).

A partir da perspectiva hegemônica da ditadura, a educação é compreendida pelas classes dominantes como um produto de consumo. Nunca é demais recordar que a reforma universitária ocorreu em um momento de ascensão das forças de repressão. Na perspectiva das lideranças da ditadura, a “modernização” era um dos requisitos para o desenvolvimento econômico do país, o que vincula a proposta com a Teoria do Capital Humano.

A criação das Universidades particulares visava o maior rendimento no campo do ensino superior, sendo uma forma de ensino que profissionaliza o aluno e se distancia do campo da pesquisa, várias destas tendo um objetivo em fins lucrativos.

Por fim, é importante enfatizar que muitos professores das universidades tiveram seus direitos cassados, currículos foram alterados ou mutilados, recursos financeiros para custeio e ampliação das instituições foram reduzidos. O ensino superior de qualidade para todos jamais foi uma prioridade para a burguesia e a ditadura que expressava seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma universitária de 1968 teve alguns marcos importantes amparados pelo Ato Institucional N° 5 (1968), como a Lei n. 5.540 de 1968 e o Decreto-lei N° 477 de 1969 . Essa reforma representou uma mudança de organização nas universidades brasileiras, as quais eram constituídas pela reunião de faculdades isoladas já existentes no país, estas que eram as primeiras universidades

brasileiras, datadas do início do século XX, formando mais tarde o modelo de cidade universitária, com edifícios isolados e faculdades autônomas.

Com a nova organização, as universidades adotaram o modelo de campus americano, onde as instalações são separadas das cidades e possuem edifícios com funções próprias e delimitadas. Não por acaso, o afastamento dos centros urbanos de algumas das instituições que surgiram após a reforma tinha por finalidade evitar os protestos estudantis das regiões centrais das cidades.

Ao mesmo tempo em que a reforma moderniza as universidades brasileiras, esta cria condições para que instituições do país passassem a fazer uma melhor articulação entre pesquisa e estudo, extermina o sistema de Cátedras ao introduzir um sistema de departamentos e cria uma política nacional de pós-graduação.

A Reforma de 1968 abriu espaço para a privatização do ensino que passa a ser voltada para a transmissão de conhecimentos voltados para o ensino profissionalizante, distanciando-se da pesquisa, a qual contribui enormemente com a formação do sujeito.

Deste modo, o encaminhamento utilizado para a política educacional adotada na Reforma possui a intenção de submeter a educação superior as demandas de um modelo educacional completamente voltado para o capital, limitando a oferta a educação voltada para a elevação do indivíduo perante a sociedade.

Tudo é visto no novo discurso de modernização sob o ângulo da técnica. As dimensões políticas que impliquem em conflitos de interesse, de valores e de ideais são esvaziadas. A escola é intimada a ser 'competitiva'. Ela deve se adaptar ao desejo do usuário, segundo um procedimento de 'serviço-cliente' (LAVAL, 2004, p.192)

Assim, o modelo tecnicista da educação se exterioriza no modelo que utiliza as ações dos professores como profissionais que trabalham em fabricas, assim, a divisão do trabalho, que é conveniente para a sociedade capitalista, passa a ser utilizada dentro dos departamentos criados nas universidades.

Desta forma, podemos perceber que, com a Reforma, passa-se a haver uma maior limitação na aceitação dos estudantes através do vestibular, que se torna classificatório, não deixando margens para que houvessem "excedentes" no numero de selecionados, evitando revoltas dos candidatos e uma migração dos que não conseguiram se classificar para as universidades particulares, que tinha um caráter profissionalizante e com fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 32^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto nº 62.937/68**. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, ago. 1968.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Documentários: TV Brasil/Pequi Filmes. **O dia que durou 21 anos**. Direção de Camilo Tavares, 78 m, 2011. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/odiaguedurou21anos/>. Acesso em: 15 set. 2019.
- FERREIRA JR, Amarildo; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOMES, Marco Antônio de Oliveira; RODRIGUES, Ana Paula Aires; SILVA, Daniela Azarias Ferreira da; PAULA, Fabricia de Cássia Grou. EDUCAÇÃO, CIVISMO E RELIGIÃO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.19, 2019.
- GOMES, Marco Antônio de Oliveira. ECONOMIA, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL. **Revista COCAR**: Belém, N.12. N. 24, p. 421-445 – jul./dez. 2018.
- LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.
- MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.
- RELATÓRIO Meira Matos. **Paz e Terra**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, out. 1969.
- SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar.** Cadernos Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.